



## **RELATO DE EXPERIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Prof. Ms. Maricélia do Carmo Roberto

[mariceliaroberto@bol.com.br](mailto:mariceliaroberto@bol.com.br)

Kátia Farias Antero

*Holding Britânia UniGrendal- UniGrendal  
 Instituto de Ensino Superior Múltiplo –IESM*

[professorakatiaantero@hotmail.com](mailto:professorakatiaantero@hotmail.com)

**Resumo:** A formação continuada tem um grande impacto na prática docente, uma vez que estamos inseridos em um contexto social no qual surgem novas problemáticas, além de emergirem inovações tecnológicas e científicas. É bem verdade que a pessoa com deficiência física ou intelectual busca ser reconhecido como uma pessoa com direitos iguais e que devem ser inseridos na escola comum sem preconceitos ou restrições e o professor tem como incumbência possibilitar o acesso. Muito tem se abordado no que cerne a inclusão escolar promovendo a acessibilidade, no entanto, o que precisa estar bastante evidenciado é que não basta apenas incluir a criança com deficiência, mas fazer com que ela interaja com o meio, possibilitando que ela avance de acordo com sua possibilidade respeitando suas limitações. Faz-se mensurável destacar a importância dos trabalhos direcionados a esse público são importantes e que merecem atenção especial porque o docente precisa se qualificar para atender as necessidades específicas do aluno com deficiência, principalmente se esta for relacionada a cegueira. Refletindo sobre a importância que há na contínua formação dos professores que desenvolvem trabalhos nas salas de recursos multifuncionais temos como objetivo relatar as experiências vivenciadas pela autora deste trabalho na Instituição Instituto dos Cegos, localizada em Campina Grande – Paraíba. A pesquisadora procurou registrar as explorações in lócus no curso frequentado sobre Braille. Como metodologia reportamos - nos a alguns estudiosos como: Magalhães e Cardoso (2008), Cruz (2007), Lade (2005), Freire (2008), dentre outros. A experiência ainda em estudo e análise até o momento nos apresentou grandes avanços e revelou o quanto é instigante ao professor participar de novas formações e preparar-se para quando surgir à necessidade saber como desenvolver suas ações pedagógicas nas salas de Atendimento Educacional Especializado.

**Palavras – chave:** Formação docente. Inclusão. AEE. Cegueira

## Introdução

Em nosso país têm surgido diversas reformas no que tange a área educacional e em meio a reformulações muita questionamentos se evidenciam principalmente no que diz respeito a grupos formados por pessoas que são refém da exclusão, no qual estão incluídos os sujeitos que possuem algum tipo de deficiência.

Aos poucos o tema sobre inclusão tem sido um dos tópicos mais debatidos entre eventos na educação. É desafiador para o professor saber como lidar com esse grupo que requer saberes específico do ensinante e que acima de qualquer outro aspecto deve tratar todos os alunos de forma igualitária. O ensino deve ser de qualidade independente de os estudantes possuírem algum tipo de deficiência se responsabilizando por mais uma função no meio social.

Como a sociedade está em constante movimento e isso requer alterações no mundo do trabalho, uma vez que alguns avanços têm surgido que interferem significativamente no homem e em sua educação como as novas tecnologias, novas formas da gestão, desenvolvimento de suas ações e ainda o desafio em vencer a exclusão envolvendo propostas inclusivas no contexto escolar. A isso também requer que o profissional da educação esteja habilitado para desenvolver seu trabalho e os sujeitos da atualidade carecem de um professor com um novo perfil.

Empreender na esfera educacional não é tarefa fácil como muitos pensam. Requer muito planejamento e acima de tudo formações continuadas aos professores que serão as pessoas da escola que estarão diretamente vinculadas aos alunos.

Cabe-nos refletir se realmente o professor do AEE está preparado para vivenciar práticas de ensino – aprendizagem com alunos com deficiência e até que ponto eles se interessam em buscar se atualizarem quanto a esse assunto.

De certo quanto mais o professor tem sede de ir à busca de conhecimentos mais aumenta o interesse nessa investigação. O interessante seria se todos os professores buscassem melhorar suas práticas docentes, principalmente aqueles professores que trabalham com alunos com algum tipo de deficiência para saber como lidar com determinadas ações pedagógicas que são específicas para atender cada individualidade.

A escola precisa promover a igualdade real para todos, a educação igualitária sem preconceitos ou exclusão, mas os docentes precisam se envolver nessa promoção. Busca se qualificar, aprimorar seus conhecimentos porque desenvolver ações com alunos com deficiência não é algo que deve ser feito de qualquer maneira. Esse público requer ações específicas que visem suprir suas necessidades.



Assim, justifica-se a relevância que apresenta essa pesquisa que contribui tanto no aspecto social quanto escolar, de modo que a formação continuada dos professores do AEE é algo que deve ser enfatizado pelo poder público e sistemas a fim de incluir os alunos com cegueira na escola regular. Ainda destacamos as poucas literaturas de cunho científico que há sobre a temática.

Dessa forma, pretendemos registrar as experiências vivenciadas pela autora deste trabalho no Instituto de Cegos de Campina Grande – PB, no curso de Braille oferecido pela instituição, a fim de explanar o quanto é gratificante que um professor de AEE busque se aprimorar pedagogicamente para oferecer a educação necessária que vise saciar as necessidades de cada pessoa com deficiência principalmente a acometida com cegueira.

### **O docente e a inclusão**

O professor deve compreender que é ele que deve adaptar-se a realidade do aluno e o seu tempo de resposta que é algo individual, possibilitando que cada sujeito avance em suas habilidades e competências.

Na inclusão, a ideia subjacente é que o aluno não se amolda à escola, ou seja, o problema não estaria centrado na pessoa que tem necessidades específicas, mas nas interações que estabelece com as condições de ensino-aprendizagem que a escola possibilita (MAGALHÃES, 2003, p.41).

Os docentes devem oferecer possibilidades para que o aluno com deficiência consiga avançar e desenvolver suas habilidades e construir novos saberes, aguçando sua criticidade, reconhecendo-se como um cidadão com direitos e deveres e que também influencia o social.

Para que tudo isso seja alcançado, a escola deve ter consciência juntamente com seus profissionais que é necessário preparo e aperfeiçoamento, uma vez que quando a escola recebe um aluno com deficiência deve procurar reconhecer os limites e suas possibilidades de aprendizagem respeitando o desenvolvimento individual.

Com relação a crianças com cegueira, elas podem avançar mais lentamente em relação a alguns aspectos, precisando se adequar a determinadas situações do seu cotidiano a fim de melhorar nos aspectos cognitivo, psicomotor, social e afetivo e na sua inclusão na sociedade.

Quando uma criança com deficiência não recebem a assistência devidamente qualificada pode acarretar em uma série de déficits que podem atingir tanto em seu



desenvolvimento como também na esfera educacional, resultando na exclusão e no aumento do índice de retenção escolar na mesma série.

De acordo com Warren (1984) *apud* (LAPLANE e BATISTA, 2008, p. 213) é explicado que

A maior parte dos estudos que abordam os diferentes aspectos do desenvolvimento (motricidade, cognição, linguagem, sociabilidade, personalidade, diferenças individuais) destaca também a importância dos estímulos do ambiente que, no caso da criança com deficiência visual, devem ser incrementados e adaptados o mais precocemente possível para promover o desenvolvimento

A instituição escolar e a família cabem possibilitar o pleno desenvolvimento da criança buscando socializá-la, destacando suas evoluções nos diversos aspectos físicos, intelectual e emocional procurando desenvolver suas capacidades.

### **O Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

No ano de 2008 foi criado um documento denominado Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e que instigou a preocupação com a educação que deveria ser ofertada para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, que direcionava uma nova forma de olhar de modo que se propusesse educação que atingisse a todos os alunos.

Tendo em vista esse documento, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) recomenda eliminar as dificuldades de aproximação à escola, tendo como objetivo o desenvolvimento pleno do aluno com algum tipo de deficiência no ensino regular. Esse atendimento visa-se melhorar as intervenções viabilizadas na educação de maneira que possa ser acrescida, conforme as necessidades específicas do estudante. Assim, o Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, determina que os docentes, gestores e coordenadores pesquisem os caminhos mais eficazes de viabilizar a inclusão na escola, a saber, que estar matriculado e freqüentando a escola não quer dizer que o aluno está incluído. Ele precisa participar das atividades que acontecem na instituição.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi produzida com o intuito de dar respostas aos alunos da educação especial reconhecendo que o ensino adequado passa por todas as etapas e modalidades de aprendizagem, reconhecendo sua atribuição quanto à transversalidade.

De acordo com essa nova forma de organizar a educação orientada de acordo com as concepções do AEE, propõe-se como uma complementação do ensino levando em



consideração as necessidades específicas do estudante com deficiência oferecendo acessibilidade e permanência no ensino regular.

Em conformidade com o Art. 5º da Resolução CNE/CEB nº4, de 2 de outubro de 2009, que Instaurou as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial,

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL/MEC/SEESP, 2009, p. 2).

São nas salas multifuncionais que o AEE deve ser preferivelmente realizado e visto como parte que compõe o projeto político – pedagógico escolar sem que este venha a substituir o que se aprende no ensino regular.

Esse atendimento apresenta propostas de ensino de modo que possa oferecer desenvolvimento aos alunos motivando-os a superar os impactos advindos da deficiência que faz com que sua aprendizagem, muitas vezes, torne-se limitada.

Quanto a essa visão, o professor precisa ter a responsabilidade de ir em busca de estratégias que possibilitem o aprendizado, investigando a melhor maneira de fazer com que o aluno interaja com os demais da sala de aula comum.

### **Formação continuada do docente**

A lei mencionada acima exige do professor uma contínua preparação para lidar com as Salas de recursos multifuncionais para que se possam atender eficazmente os alunos com deficiência, abrangendo as oportunidades de terem acesso a educação de acordo com as necessidades concretas que surgem, oferecendo propostas de modo que saiba intervir pedagogicamente na aprendizagem do aluno.

De certo que a formação do professor tem iniciação nas universidades em relação ao “[...] desenvolvimento de profissionais que atuarão na formação de futuros cidadãos, sejam eles pessoas com necessidades especiais, ou não” (ALMEIDA, 2005, p.14).

No trabalho desenvolvido por Lade (2005) intitulado “Formação párea a diversidade: um estudo da rede municipal de Juiz de Fora” tem como centro a formação continuada dos professores direcionada à inclusão.



A autora afirma que a escola de hoje mudou e que não é mais permitido que se trabalhe de maneira excludente. Lade (2005) explica que a instituição escolar é reflexo do meio social, mas que o que se deveria oferecer seria uma educação igualitária na qual todos sem exceção tivessem os mesmos direitos. Ainda complementa que a formação continuada deve ser algo oferecido constantemente aos professores tendo como centro a prática pedagógica, vendo a formação como um meio de se poder incluir a pessoa com deficiência.

Nas palavras de Cruz (2007) é explícito que infelizmente a formação continuada não é algo comum de se ver em todo território nacional. O que revela uma contradição daquilo que se pretende alcançar com aquilo que se tem a oferecer. Como exigir uma escola de forma inclusiva e que as salas de recursos multifuncionais atendam a todos os alunos com deficiência se os professores não são preparados para executar as ações pedagógicas devidas?

Segundo Magalhães e Cardoso,

Não existe um modelo ideal de professor para a construção da inclusão, existe o professor possível como sujeito histórico de seu tempo, vivendo seus próprios conflitos pessoais e profissionais, diante das novas demandas da sua profissão (MAGALHÃES e CARDOSO, 2008, p.17).

É necessário repensar a formação continuada dos professores levando em consideração a inclusão escolar das pessoas que possuem deficiência. E no que se refere aos alunos com cegueira, os professores carecem de uma formação específica levando em consideração as especificidades que apresenta esse tipo de deficiência para que seja incluído na escola.

## **Metodologia**

O presente artigo surgiu da necessidade que sentimos em dividir com todo público interessado a magnífica experiência que estamos vivenciando no Instituto dos Cegos de Campina Grande, na realização de um curso em Braille onde somos cursistas. Com isso pretendemos discutir aqui a riqueza da aquisição de novos conhecimentos tão necessários para atuarmos de forma mais evolutiva em salas de AEE.

Para a realização desse artigo buscamos fazer a revisão de algumas literaturas que abordam a temática acerca da Educação Inclusiva e da formação docente para atuar nessa área de ensino, atualmente tão amplamente difundida nos meios educacionais.



Após a revisão do aporte teórico relatamos cuidadosamente nossa experiência que está ainda em andamento no instituto dos cegos a fim de focar de forma sistemática a necessidade que o professor tem em buscar constantemente a formação continuada e o quanto é prazeroso apreender o desconhecido.

Por fim, analisamos os dados qualitativamente nos reportando aos autores consultados e contrapondo com a experiência em vivência sobre o sistema Braille destinado a pessoas com deficiência visual.

### **Resultados e discussões**

Procuramos narrar à experiência vivida com argumentos que fundamentem a temática desse relato, uma vez que ao relatar algo “se exerce precisamente uma arte de fazer e uma arte de pensar” (CERTEAU, 1994, p. 152), que narra fatos do dia a dia fazendo pontes entre o tempo presente e a história.

Como professora de sala de AEE, sentimos a necessidade de buscar novos cursos que aprimorassem nossos conhecimentos e nos dessem mais condições pedagógicas de trabalharmos com a clientela que recebemos todos os dias na escola, especificamente na sala de AEE, onde atuamos atualmente.

O recebimento de um aluno baixa visão, que correr sério risco de tornar-se deficiente visual, nos impulsionou a buscar um curso na área de Braille para atender, com mais segurança, esse aluno e outros que por venturam, surjam em nossos dia-a-dia. Fomos informados da oferta de um curso em Braille que o Instituto dos Cegos de Campina Grande estava promovendo e logo efetuamos matrícula.

Estamos ainda em andamento no curso, que já dura dois meses e ainda restam dois, totalizando quatro meses de curso com carga horária de 120 horas. No entanto, estamos cada vez mais encantados com as atividades do curso que nos mostra as dificuldades da pessoa cega e como nós, videntes, podemos ajudá-las a ter uma vida mais próxima da “normalidade”.

A primeira aula que frequentamos nos deixou extremamente ansiosa e preocupada com o sistema Braille. A princípio pensamos que não conseguiríamos aprender a ler e escrever naquele sistema.

Porém, com o passar dos dias e as atividades propostas fomos descobrindo pouco a pouco que somos capazes de aprender e ensinar o braille para pessoas deficiente visuais. Diante da vivência que estamos construindo naquele ambiente é necessário querermos nos colocar no lugar da pessoa com deficiência visual para percebermos como eles, quando

inseridos num ambiente escolar desde cedo, recebendo um ensino adequado, são pessoas independentes e vencedoras.

O nosso encantamento foi imensurável quando conseguimos pela primeira vez manusear uma reglete positiva e escrever nosso nome em braile. E foi maior ainda quando conseguimos transcrever da tinta para o braile e do braile para a tinta um texto de Fernando Pessoa. A primeira vez que manuseamos um texto escrito em Braille tivemos a sensação que cego éramos nós, pois não entendíamos nada.

No decorrer do curso temos percebido que o professor que atua na sala de aula de AEE necessita do conhecimento do Braille para atender os alunos com deficiência visual, oportunizando-os se alfabetizarem e participar das atividades de sala de aula, no mesmo pé de igualdade que os alunos videntes.

No decorrer do curso já construímos materiais necessários ao trabalho que iremos realizar com alunos deficientes visuais nas salas de aula, tais como: cartazes com o alfabeto em Braille e convencional, ceta Braille, figuras vazadas, atividades pré-braille, assinador, etc. A construção desses materiais vai nos munindo de recursos para atuarmos nas salas de AEE com mais competência.

Também estamos tendo a oportunidade de aprendermos a trabalhar com o sorobá que é um material didático pedagógico usado pela pessoa cega para efetuar operações matemáticas. Esses conhecimentos são extremamente relevantes para que o aluno com cegueira possa participar ativamente das atividades da sala de aula regular, uma vez que geralmente, eles têm o intelecto sem comprometimento, fato que evidencia sua capacidade de aprendizagem.

Outro aspecto que estamos abordando no curso é sobre os recursos midiáticos, leitores de tela e programas de computadores voltados para a pessoa com deficiência. Esse aspecto tem sido extremamente importante, porque as salas de AEE receberam computadores com programas específicos, mas não foram dadas aos professores as orientações devidas para manusear tal ferramenta, ficando as mesmas ociosas e sem utilidades.

Sendo assim, a realização do curso de Braille tem servido para reforçar a necessidade de conhecermos cada vez mais, para termos condições de oferecer aos nossos alunos um Atendimento Educacional Especializado de qualidade.

Acreditamos que ao final do curso estaremos capacitados para desenvolvermos trabalhos não só como professor, mas também como leitor e transcritor de textos brailles.

A experiência que ora relatamos nos provoca a pensar a tamanha responsabilidade do professor, quando se busca fazer sempre o melhor. Cursos como este que foi descrito, em



nossa realidade não são oferecidos gratuitamente, nem tão pouco com muita frequência, que possa atender a todos os interessados.

Esses entraves têm contribuído para tornar o processo de inclusão da pessoa com deficiência, deficitário, uma vez que sem os conhecimentos necessários fica o professor impossibilitado de realizar um trabalho eficiente que comungue com o que defende a legislação brasileira acerca da inclusão.

De acordo com Freire (2008) pretende-se com a inclusão que todos os alunos acedam a um mesmo currículo e, para tal, é essencial a criação de condições promotoras de equidade. Entendemos que essa equidade só será capaz de acontecer quando os professores, que são os protagonistas do ensino, estiverem munidos dos conhecimentos necessários para atender as necessidades individuais dos alunos.

Nossa participação nesse curso nos mostra que, hoje já temos algum conhecimento que possibilita desenvolvermos um trabalho mais eficiente junto ao aluno com baixa visão ou deficiente visual. Temos, portanto, a certeza de que ao recebermos em nossa sala de AEE um aluno deficiente visual teremos condições de atendê-lo, oferecendo *a priori*, as condições básicas para ter acesso ao Braille e, assim, não retardar em demasiado seu processo de inclusão.

É função da escola, preparar-se e capacitar os professores para lidarem com as diferenças como forma de construção do conhecimento, respeitando as diversidades e facilitando o processo ensino-aprendizagem dos sujeitos, independente de suas condições físicas, psicológicas e sociais.

Como referem Ainscow e Ferreira (2003) *apud* Freire, (2008)

O não acesso à educação, o acesso a serviços educacionais pobres, a educação em contextos segregados, a discriminação educacional, o fracasso acadêmico, as barreiras para ter acesso aos conteúdos curriculares, a evasão e absentismo constituem algumas das características dos sistemas educacionais no mundo, os quais excluem as crianças de oportunidades educacionais e violam seus direitos de serem sistemática e formalmente educados. Já existe um consenso e reconhecimento de que qualquer pessoa que experimenta exclusão educacional encontrará menos oportunidades para participar dos vários segmentos da sociedade assim como aumenta a probabilidade de esta pessoa experienciar situações de discriminação e problemas financeiros na vida de adulto. (p. 113)

Contudo, entendemos que a formação continuada não deve ser responsabilidade apenas do professor. Todos que compõe a escola devem receber formações acerca da inclusão para, diante de alunos com deficiência, não apresentarem posturas preconceituosas como, geralmente, observamos na escola.

Sobre esse aspecto Correia (2008, p. 28), *apud* Miranda (2012) destaca que



os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

A escola é a instituição legitimada para desenvolver um trabalho que desmistifique o preconceito e a segregação social. No entanto, ela só cumprirá sua função quando houver investimento em formação continuada dos profissionais da educação com vistas a abraçar de forma competente todos que a procuram.

## **Conclusão**

Ao final de nosso estudo podemos entender que a educação inclusiva é entendida como um meio por excelência de difusão dos valores de justiça e equidade social, solidariedade, respeito e participação democrática. A inclusão, portanto, contribui para a inserção dos sujeitos na sociedade.

Nesse contexto o aluno com deficiência, e nesse caso, o deficiente visual necessita ter professores habilitados para o ensino do Braille, pois é através dele que o aluno terá condições de se alfabetizar e seguir sua trajetória escolar de forma satisfatória.

Sabemos que o Braille não é uma língua, e sim um sistema de código que permite ao aluno deficiente visual, através do tato aprender a ler e a escrever convencionalmente. Desse modo, a escola precisa estar preparada e o professor capacitado para, quando receber este aluno ter condições de promover essa equidade social na sala de aula.

Sem a formação continuada não teremos as condições necessárias para atender os alunos, respeitando seus direitos assegurados pela legislação vigente da educação inclusiva. Por outro lado, se faz necessário lembrar que o professor necessita estar motivado para buscar esses novos conhecimentos que lhe garantirá uma prática educativa mais efetiva no que tange a educação de pessoas com deficiências.

Essa motivação nem sempre existe em virtude dos desafios diários vividos pelos docentes, como a falta de valorização, o desrespeito, as condições de saúde, etc. Esses são alguns dos aspectos que não justificam, mais podem explicar a falta de estímulos de alguns docentes para buscar novas formações que lhes ajudem a melhor desenvolver seu papel de formadores de opiniões.

Acreditamos, contudo, que nossa profissão faz de nós eternos estudantes. Sendo assim, se faz necessário vivermos nessa busca constante pelos novos conhecimentos a fim de aperfeiçoar a cada dia nossa prática pedagógica, de modo a atender as necessidades e especificidades do público que procura a instituição escola.

### Referencia bibliográfica

ALMEIDA, C. E. M. de. Universidade, educação especial e formação de professores. In REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 28, 2005. Caxambu. **Anais eletrônicos**. MG,Caxambu, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRUZ, G. de C. Formação continuada em ambientes escolares inclusivos: foco nos professores de educação física. In **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd**, 30., 2007. Caxambu. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista Educação. v. XVI, n. 1, 2008.

LADE, M. L. de. Formação continuada para a diversidade: um estudo da rede municipal de Juiz de Fora. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPEd**, 28, 2005. Caxambu. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

MAGALHÃES, R.de C.B. P.(org). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. 2.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

\_\_\_\_\_, R. de C. B. P.; CARDOSO, A. P. L. B. Formação docente e psicometricidade em tempos de escola inclusiva: uma leitura com base em Henri Wallon. In REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 31, 2008. Caxambu. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

MIRANDA, T. G., TEÓFILO, A. G. (orgs.) **O professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares**. EDUFBA, Salvador. 2012.